

**(DES)FIANDO MEMÓRIAS E TECENDO OUTROS PATRIMÔNIOS
AREIENSES**

Luciana Gomes da Silva

Mestrado em Desenvolvimento Regional-UEPB

lug_s@hotmail.com.br

Vanderleia dos Santos

Especialização em Educação de Jovens e Adultos Integrada ao Ensino

Profissionalizante -UFPB

vandeca23@hotmail.com.br

RESUMO

A cada dia aumenta o número de profissionais dispostos a se aventurarem na inclusão da memória em seus estudos históricos como mais uma opção metodológica, uma vez que pode ser tomada como linguagem da história quando acrescenta dados, refuta ou afirma determinações propagadas em estudos anteriores. A proposta de estudo ora apresentada está alicerçada sobre o processo industrial areiense desenvolvido na década de 20 do século passado, a partir da implementação da fábrica “Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A”. Para as pessoas ligadas à produção, sem maiores visibilidades sociais, a fábrica, a maquinaria, os produtos confeccionados falam mais do que vários patrimônios arquitetônicos que se encontram espalhados pelo sítio tombado de Areia. Torna-se, pois, oportuna a análise sobre as formas de preservação utilizadas pelos grupos sociais menos favorecidos que fogem das imposições de valores por parte dos órgãos públicos, que tentam legitimar uma história oficial que privilegia apenas os grupos dirigentes. Busca-se explicitar o que é interessante se preservar, tendo como ponto de partida os anseios de uma população posta às margens do processo social, político e econômico desenvolvido em Areia. É dada ênfase à memória como forma de patrimônio imaterial capaz de apresentar dados que, muitas vezes não encontram em

questões materiais as suas principais representatividades. À memória é dado um lugar de destaque dentro do campo historiográfico por possuir uma importância ímpar, por estar diretamente ligada àqueles que fizeram a história, possibilitando a criação de um forte elo entre o passado e o presente.

Palavras-chave: memória, patrimônio, preservação

A utilização da memória nos estudos históricos privilegia entrevistas com indivíduos que participaram ou testemunharam determinados acontecimentos compatíveis com o objeto de estudo sobre o qual se debruça o historiador. Essa significância sugere à memória a qualidade de fonte documental, mesmo que não se busque a reconstrução do passado tal qual ele ocorreu. A partir do resgate da memória é possível o conhecimento de uma nova versão do passado mediante a análise de experiências e versões individuais, numa busca incessante do conhecimento da história da sociedade com base nas análises de depoimentos de indivíduos que dela fizeram parte.

Com relação ao processo de industrialização na Paraíba durante a primeira metade do século XX, de acordo com as abordagens sugeridas por MELO (1993), pode-se afirmar que apresentou-se de forma insatisfatória. Segundo tal autor, mesmo havendo empreendimentos industriais desde as últimas décadas do século XIX na Paraíba, as iniciativas industriais com representantes paraibanos só ocorreram a partir de 1920, com prensas hidráulicas para algodão, modestas tecelagens e algumas fábricas.

Mesmo de forma insatisfatória, a partir de 1925, as principais culturas produzidas na zona rural de Areia (cana-de-açúcar e algodão), passaram a ser mais bem aproveitadas pelo aparecimento de novos projetos industriais. De acordo com LIMA (1972), entre 1920 e 1925, a atividade têxtil em tal município era realizada por artesãos que, reproduzindo atividades indígenas, criavam variados produtos, tais como: malhas, toalhas, cobertores, redes e tapetes. Esses artigos, além de serem negociados no comércio local, também encontravam compradores nas cidades próximas a Areia. Após esse período de predominância artesanal, é criada a fábrica Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A, que surgiu como uma indústria capaz de produzir fios para fabricação de redes. Antes de tal finalidade, porém, a atividade realizada nos galpões estava voltada para o descaroçamento de algodão. Foi a partir da segunda atividade (produção de redes), que surgiu a fábrica de tecelagem, iniciativa que abria possibilidades para o crescimento econômico do município.

Antes, a indústria fabricava em caráter individual, conhecida apenas como a fábrica de fios de Areia. A partir de 1946, é que ela passa a ser chamada de Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A, que tinha por intuito a produção de sacos. Conhecida nacionalmente, passa a enviar sacarias para o RS, CE, RN, PE e para o próprio estado da Paraíba.

O algodão era comprado no sertão da Paraíba, sendo beneficiado em Campina Grande. O processo de descaroçamento era feito ao chegar na fábrica areiense. Até 1955, ela foi administrada por Armando de Freitas que, após essa data, transferiu a direção da fábrica para o seu filho mais novo, Austragésilo de Freitas, que realizou várias reformas, como a utilização dos motores a diesel, com geradores de energia suficientes para a alimentação da fábrica; e o uso de máquinas modernas, iniciativas que tinham por finalidade ampliar a produção de fiação.

O funcionamento das máquinas nesse período, de acordo com Edilene Felix, seguia os seguintes passos:

(Os funcionários) recebiam o algodão, que era beneficiado por uma máquina chamada “batedor”, que tirava a primeira impureza do algodão; depois disso, o algodão ficava como uma pasta e tinha a forma de rolos grandes, sendo logo após transportados para a máquina de cardar, com a finalidade de afinar cada vez mais a fibra até ficar uma fibra fina mais limpa e mais pura; passava-se depois para as tiragens que elaboravam a primeira fibra transformando-a num cordão fino, que depois era enrolado numas maçarocas grandes. As cordas de algodão eram transformadas em fio, que saía como uma linha. Depois era levado para a tecelagem, fabricando tecido ou era vendido para a fabricação de rede. (FELIX: 1986)

Em 1960, a fábrica funcionava mediante a divisão de atividades, exercidas por técnicos, chefes de sessões, mestres, contra-mestres e operários. Além do escritório, tinha o pessoal do transporte e uma série de outras atividades que faziam parte da organização da fábrica. Quanto aos operários, eram cerca de 25 no início de seu funcionamento, aumentando de ano para ano, chegando, na década de 1960, ao número de 230 operários organizados em três turmas: a primeira, das 22 horas às 06 horas; a segunda, das 06 horas às 14 horas; a terceira, das 14 horas às 22 horas. Entre os operários encontravam-se homens, mulheres e crianças.

Um dos poucos conflitos existentes durante o período de atuação da fábrica em Areia, de acordo com FELIX (1986), ocorreu por volta de 1965, a partir de iniciativas grevistas que visavam, não apenas aumento salarial, como também exigiam melhores

condições de trabalho para as mulheres. O que preocupava bastante os operários e os dirigentes dessa greve, era o problema da mulher que, mesmo estando grávida, não ter o direito de ficar em casa. Sua ausência do trabalho se restringia apenas aos primeiros dias de resguardo. Os operários, junto ao sindicato, deflagraram uma greve, apesar das controvérsias dentro do próprio sindicato (alguns membros não achavam necessária tal medida), e da intervenção da polícia. Em apenas 24 horas de greve, o direito da mulher foi conquistado, e os operários que trabalhavam dez horas em vez de oito, também conseguiram receber por suas horas extras. Depois dessa greve e da criação do sindicato, a indústria não conseguiu manter-se erguida por muito tempo, terminando por requerer falência.

Austragésio de Freitas transferiu as melhores máquinas para João Pessoa, onde implantou a S/A Indústria Têxtil Mandacaru. Mas lá também enfrentou um sindicato com capacidade de defesa superior ao de Areia. Essa indústria funcionou alguns anos, vindo posteriormente à falência, transformando-se Cooperativa.

No início de ano de 1981, foi posto em Leilão Público (anexo) os bens da Massa Falida Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A. Além dos armazéns, sítios e terrenos, a fábrica também possuía um conjunto de casas, conhecido como “Vila Operária”, para os operários sem maiores condições financeiras. Tais moradores pagavam uma pequena parcela que lhes garantia a morada. Com a idéia de Leilão Público, as casas deveriam ser desocupadas. Diante da complicada situação, os moradores, com o apoio de vários grupos sociais (dos quais se destaca o dos estudantes universitários), formaram focos de resistências. As iniciativas organizadas surtiram efeito e os operários que ocupavam as casas da Vila Operária puderam permanecer nelas. A questão durou seis meses, até conseguirem realmente suas casas com as escrituras.

A história de atuação da fábrica Arenópolis S/A não possui representações materiais, salvo algumas fotografias e registros em cartório. Os galpões onde ela funcionava e as máquinas usadas não mais existem, a não ser na memória daqueles que estiveram presentes durante seu momento de produção.

É importante que as elaborações históricas sobre a fábrica areense se firmem sobre a memória, pois esse é um dos recursos de grande valia, capaz de apresentar versões sobre os acontecimentos que não são encontrados nos poucos registros escritos sobre o modo de vida e de produção dentro da fábrica. O material escrito é escasso. Há poucos registros sobre as implicações da fábrica em questões sociais, políticas e econômicas da população entre as décadas de 20 e 80 do século passado.

O estudo ora apresentado, respaldado nos depoimentos de quatro antigas funcionárias da Fábrica Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A: Dona Gercina (87 anos), Tereza de Souza Barros (80 anos), Dona Josefa Pereira da Silva (79 anos) e Dona Violeta (72 anos), aborda temas diversificados, como a questão salarial, o trabalho infantil, a segurança dos funcionários, as dificuldades financeiras e a importância da fábrica enquanto geradora de empregos para o grupo social carente.

A fábrica Fiação e Tecelagem Arenópolis S/A ofereceu emprego a várias pessoas na cidade de Areia. Com baixos salários e na ânsia para aumentar os ganhos, muitos funcionários diurnos se uniam aos funcionários noturnos, duplicando seus salários e sua carga de trabalho. Sobre o aspecto financeiro, Dona Violeta, antiga operária de 72 anos, relata:

“Ai, meu Deus, como eu vou me lembrar do salário? Ai, como era pouquinho! Um mirreis (risos) Era no mirreis, (...)! Eu me lembro do meu primeiro dinheiro. Sabe quanto foi? Oito mil reis (risos) Faz muito tempo! Oi, depois daquele salarinho, eu entrei como ajudante, né, que eu já entrei com doze anos, eu era ajudante. (...) Aí, os ajudantes ganhavam de menos, ganhavam 9, 8, 10, depois passou pra 12, aí foi passando pra 15, e por aí foi aumentando. Aí, quando eu saí, meu Deus, parece que eu ganhava, eu nem tô mais lembrada... era 140 mil reis. (risos) Foi já quando eu saí, visse?! Aí, eu já era fiandeira, tinha que dar boa produção, pra poder... quem produzisse mais, ganhava mais.”

A renda familiar não podia se fiar simplesmente no ganho da fábrica, a não ser que numa mesma casa houvesse mais de dois operários. Geralmente, as necessidades econômicas eram supridas a partir do acúmulo de atividades, como lavagem de roupa de ganho, engomado para fora... ou, como já foi relatado, com o aumento das horas de trabalho na própria fábrica. Para as mulheres a situação era ainda mais complicada, pois essas recebiam menos que os homens, apesar de desempenharem as mesmas funções. Em seu relato, Dona Violeta levanta um outro aspecto de grande importância: a utilização do trabalho infantil na fábrica. Crianças com 8, 9 e 10 anos eram empregadas recebendo um salário bem mais baixo do que era pago a homens e mulheres. Na tentativa de não chamar muito a atenção, essas crianças tiveram suas idades acrescidas de alguns anos. Tal ação não era de difícil execução, uma vez que muitas famílias, em décadas anteriores, não tinham a preocupação de registrar o nascimento de seus filhos. Muitos obtiveram suas certidões de nascimento anos depois, através do batistério,

documento emitido pela Igreja Católica a todos aqueles que fossem batizados. Esse aspecto é relatado por Dona Gercina, nascida em 1922 e empregada na fábrica em 1930, tendo que abandonar suas atividades como fiandeira poucos anos depois, por conta de bronquite, doença que adquiriu mediante o constante contato com o algodão:

“Eu trabalhava como bicho. Eu lá brincava de boneca que não tinha tempo, vivendo pela casa dos outros e na fábrica! Eu pegava o dinheiro, contava e dava a mãe, mãe ia fazer as coisinhas. Eu dava o dinheiro a mãe, eu sabia nada! Ela era quem resolvia tudo. Mãe trabalhava no engomado...e mãe trabalhava também na fábrica de rede.”

As famílias carentes viam a possibilidade de empregar seus filhos como uma das saídas para a obtenção de víveres, mesmo que elas ganhassem pouco. Diante da necessidade econômica, poucos eram os pais que abdicavam do ganho infantil. As crianças eram privadas dos momentos de lazer, da educação, do descanso, e levadas a participarem da produção fabril, ignorando a falta de segurança e os riscos que corriam no desenvolvimento dessas atividades. Dona Gercina, esquecendo-se, inclusive da bronquite que carrega consigo até hoje, afirma que tal momento de sua existência foi muito bom, possivelmente porque ela se sentia útil, ajudando sua mãe a conseguir manter as necessidades de casa, mesmo que de forma tão modesta:

Mas eu gostava de trabalhar. Na fiação era onde eu trabalhava...fiação fina e fiação grossa. Sei não, essa menina, hoje é que o povo fala muito em salário, mas mais pra trás, êh...era diferente.”

O mesmo aspecto é lembrado por Tereza de Souza Barros, 80 anos, quando esta afirma que, mesmo tendo começado a trabalhar aproximadamente aos 12 anos, tal experiência se constituiu em algo positivo em sua vida:

“Eu mesmo achava bom, minha filha, porque minha mãe não tinha, não tinha nada pra dar a gente. A gente com aquele dinheirinho dava pra mãe da gente, que a minha mãe era viúva, dava pra minha mãe pra eu manter as coisinhas dentro de casa junto com ela. Ela lavando roupa de ganho, e eu, aquele dinheirinho dava a ela pra ela comprar alguma coisa pra gente.”

Numa atitude de sujeição, as condições de trabalho e de salário eram aceitas sem muitas perlongas por essas mulheres (ainda crianças quando começaram suas atividades

na fábrica) e pelos demais operários, pois estes, apesar da exploração a que eram submetidos, com baixos salários e pesadas horas de trabalho, sentiam necessidade de venderem sua força de trabalho e usufruírem de algumas vantagens que sua participação enquanto empregados na fábrica lhes eram oferecidas, como maior estabilidade, moradia e direito à saúde. Os funcionários ainda abdicavam dos estudos por não poderem se dedicar às duas atividades. Pelo que se pode perceber a partir das entrevistas concedidas, a prioridade era o ganho. As mulheres entrevistadas, por exemplo, não possuíam um grau mínimo de escolaridade (apenas D Violeta chegou a frequentar a escola). Sobre esse fato, ela relata:

“Eu estudei só o terceiro ano. Quando completei 11 anos, só era eu e mãe, mãe trabalhando, aí eu fui aumentar a idade pra trabalhar... mas foi um tempo bom. Só não valeu pra eu porque eu não estudei, mas em termo de vivência, num sabe, assim... a vida que eu levava mais mãe, valeu a pena.”

O estudo ficava em segundo plano exatamente pela necessidade de se resolver as necessidades econômicas familiares. De acordo com os relatos de Dona Tereza, ela trabalhava para possibilitar que irmãos seus pudessem estudar. A escola não era um privilégio para todos. Alguns pais aceitavam que seus filhos mais velhos trabalhassem para que fosse possível comprar roupa, sapato e material escolar para os mais novos. Segundo Dona Tereza, naquele momento parecia uma vantagem não ter que frequentar a escola, pois o trabalho na fábrica, apesar de pesado, se apresentava bem mais interessante pela movimentação que a produção exigia. Tempos depois é que essas pessoas vêm a perceber a necessidade de se saber ler e escrever. Com a mente e o corpo cansado, Dona Tereza não sente ânimo para realizar agora os estudos que ignorou na mocidade, limita-se a tentar aprender a desenhar o seu nome para sanar as necessidades burocráticas do dia-a-dia.

A esses aspectos soma-se um outro que não pode passar despercebido: é a questão da segurança no local de trabalho. Alguns momentos que denotam a fragilidade quanto à proteção dos funcionários na fábrica são apresentados. O único utensílio utilizado era um avental. Não havia uma preocupação em se tentar evitar os acidentes a partir do uso de materiais de proteção. Sendo assim, alguns transtornos foram gerados dentro da fábrica por conta dessa negligência. Questionada sobre tal aspecto, D. Violeta acrescenta:

“Lembro de um acidente. Aliás, eu me lembro de dois acidentes: um da fiação e outro da tecelagem. O da fiação foi uma menina, parece que foi Nicinha ... parece que foi Nicinha, ela tinha o cabelo muito grande. Aí, ela era fiandeira, aí a correia do motor pegou o cabelo dela, tirou o cabelo todo dela. A felicidade que a outra da outra máquina viu e parou, mas senão, tinha arrancado com tudo. E o outro acidente foi o finado Pedro. Esse foi na tecelagem, caiu lá, dentro lá das correias, ficou muito doente, aí com um tempo, morreu.”

Sobre esse mesmo aspecto, Dona Josefa Pereira da Silva Santos, nascida em 1930, também antiga funcionária da fábrica, faz as seguintes colocações:

“Tinha Dona Inacinha. Dona Inacinha, aí uma vez ela foi sem a máquina tá desligada, foi entrar pra debaixo, minha filha! O motor pegou no cabelo dela! Virgem, nesse dia foi um dia de juízo. Atifolou a cabeça todinha, tirou o cabelo todinho, ficou só o coco.” (risos)

Após esses relatos, D. Violeta chegou a lembrar de um outro acidente, esse envolvendo sua mãe:

“O acidente de mãe foi ela que cortou o dedo na máquina. Ela tava trabalhando e a máquina pegou a mão dela e cortou o dedo, e torou o dedo, é só um pedacinho. Ela fez um acordo, recebeu os tempos de serviço dela, aí depois ficou trabalhando novamente como novata, até que a fábrica terminou, foi embora e ela foi embora também pra João Pessoa.”

O descaso não se restringia aos homens e mulheres, as crianças também não recebiam equipamentos necessários para sua segurança. Apesar dessa omissão, o número de acidentes na fábrica foi bastante reduzido (de acordo com os depoimentos, apenas três casos de relevância).

Apesar de todos esses aspectos, os operários se sentiam privilegiados por possuírem alguns direitos que lhes assegurava uma maior estabilidade e condições de vida razoáveis. Boa parte do operariado, o grupo que não tinha habitação, recebia da fábrica uma casa que poderia ocupar enquanto prestasse seus serviços. Essas casas formavam a chamada Vila Operária, um conjunto de habitações que até hoje é conhecido pelo mesmo nome, fato que remonta o período em que os antigos trabalhadores da fábrica lá se instalaram. Das antigas funcionárias entrevistadas, apenas Dona Violeta ocupou uma dessas habitações:

“Só pra operário. Morei, eu casei lá. Aí, depois de casada é que eu tive um ano de aluguel. A rua toda era da fábrica. A gente morava lá, os operários. Eu acho que eu morei ali uns dez anos... foi. Era bom morar lá, era todo mundo trabalhando, não tinha tempo pra nada. Eu trabalhava uma semana de dia e outra de noite.”

As casas eram modestas, mas abrigavam de forma satisfatória as famílias pequenas, o problema é que, de acordo com Dona Violeta, as famílias dos funcionários comumente eram numerosas, pois os casais dificilmente restringiam sua prole a um ou dois filhos. Além da habitação, Dona Violeta relata que os trabalhadores fabris também tinham direito a médicos e dentista. Tudo isso se constituía em grandes benefícios para uma população carente que antes da implantação da fábrica vivia sem ocupação, sem ter como conseguir o necessário para sua sobrevivência com maior segurança. Quando se analisa o fato de vários membros de uma mesma família estarem empregados (como é o caso de Dona Violeta, que dividia o ambiente de trabalho com um tio, a mulher de seu tio, sua mãe, uma prima), torna-se compreensível que as duras condições fossem aceitas de forma tão submissa.

As pessoas envolvidas no processo de produção e os demais cidadãos areienses lastimam a ausência da fábrica Arenópolis S/A. Mesmo que os aspectos mostrados apontem para um momento de exploração dos grupos sociais de baixa renda, o fato é que para eles usufruíam de um período de estabilidade, uma vez que, além do emprego, tinham também direito a moradia e assistência médica. Segundo Dona Tereza, muitos dos antigos operários retornaram para a zona rural de onde haviam saído por acreditarem que o trabalho na fábrica lhes possibilitaria melhores condições de vida, outros ficaram na cidade, realizando trabalhos sem vínculos empregatícios, como os serventes e pedreiros, e outros, sem perspectivas, tornaram-se desempregados. Sobre o fato, Dona Tereza relata:

“Quando a fábrica fechou, quem era operário passou a fazer nada, não era minha filha! Porque o emprego que tinha era na fábrica, depois que a fábrica fechou, foi esse grande desemprego que hoje em dia existe.”

O que as ex-funcionárias da fábrica fazem questão de frisar nas entrevistas é que, com as horas de trabalho na fábrica, não restava muito tempo para outras ações, o que pra elas era um ponto positivo, posto que, a partir da ocupação, não havia tempo para a vadiagem, nem para a roubalheira.

Mesmo que toda a área de ocupação da antiga fábrica tenha sofrido uma total descaracterização arquitetônica, Dona Violeta, Gercina, Tereza e Dona Josefa, conseguem reproduzir todas as construções, identificar onde cada uma se localizava. Relatam os fatos que viveram no trabalho fabril com um tom de saudosismo que denota quão importante foram esses momentos para suas vidas. A partir da articulação das palavras dessas mulheres, é possível o conhecimento do processo de fiação e de tecelagem. As dificuldades financeiras em casa, a importância das mães na economia doméstica, a ausência dos pais, a infância dividida entre as brincadeiras e as máquinas, a falta de estudos, o casamento precoce, as amizades conquistadas, moradia e renda asseguradas, a vila dos operários... as lembranças de momentos que não têm uma representação material, mas que têm na memória o privilégio de continuarem existindo, fazendo parte da história de vida dos cidadãos areienses.

A memória remonta e dá movimento a um passado não muito distante, e que continua sendo privilegiado pela lembrança daqueles que o constituíram. Os relatos individuais dão suporte para a construção de uma história coletiva, na qual se percebem os costumes, as dificuldades, as crenças, as alegrias, as tristezas, os sonhos de um grupo social que encontrava no trabalho árduo de todos os dias um motivo para sorrir e ser feliz.

BIBLIOGRAFIA

BORGES, Célia. **Patrimônio e Memória Social: A Formação da Política de Preservação de Bens Históricos no Brasil e a Construção do Imaginário Coletivo.** In: *Lócus: Revista de História*. Juiz de Fora: Núcleo de História Regional. Editora UFJF, 1999. v.s., nº 2, 192 p.

CAVALCANTI (filho), Ivan. & CAJU, Náhia Maria Lyra. **O Patrimônio Arquitetônico de Areia: Um Inventário.** João Pessoa: Idéia, 2005.

CHAUÍ, Marilena. *Política Cultural, Cultura Política e Patrimônio Histórico.* In: **O Direito à Memória: Patrimônio Histórico e Cidadania.** São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

FELIX, Edilene de Almeida Cardoso. **Uma Indústria Têxtil em Areia.** Universidade Federal da Paraíba. Pró-Reitoria para Assuntos do Interior – PRAI. Centro de Humanidades. Departamento de Sociologia e Antropologia – Curso: Bacharelado em História. Campina Grande, 1986.

LIMA, José Alves de. **Aspectos e Retrospectos da Agricultura e da Agroindústria Areiense, Seus Problemas e Carências Assistenciais**. Areia: Gráfica do Artesanato Dom Adauto, 1972.

MELO, José Otávio de A. & RODRIGUES, Gonzaga (orgs). **Paraíba: Conquista, Patrimônio e Povo**. 2ª ed. João Pessoa. Edições GRAFSET, 1993.